

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

**7.^a Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública**

Decreto n.º 13:275

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.^º do artigo 2.^º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, de harmonia com o disposto no artigo 23.^º do decreto com força de lei n.º 13:125, de 3 de Fevereiro de 1927, sob proposta dos Ministros das Finanças e

dos Negócios Estrangeiros, hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.^º É aberto no Ministério das Finanças a favor do dos Negócios Estrangeiros um crédito da quantia de 135.000\$ para reforço do orçamento do segundo dos referidos Ministérios, em vigor no ano económico de 1926-1927, distribuído conforme o mapa anexo ao presente decreto e que dêle faz parte.

Art. 2.^º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 11 de Março de 1927.—**ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA**—**José José Sinel de Cordes**—**António Maria de Bettencourt Rodrigues**.

Mapa da distribuição do crédito aberto pelo artigo 1.^º do decreto n.º 13:275, da presente data

Orçamento para o ano económico de 1926-1927

	Importâncias		
	Por artigos	Por capítulos	Soma
Despesa ordinária			
CAPÍTULO 2. ^º			
Secretaria, legações e consulados			
Artigo 16. ^º			
Abonos variáveis			
Do serviço consular :			
Para pagamento, conforme o disposto no artigo 22. ^º do decreto-lei n.º 13:125, aos gerentes dos consulados de 1. ^a , 2. ^a e 3. ^a classes, que arrecadaram receita de emolumentos superior a 20.000\$ no ano económico, do emolumento pessoal relativo ao 4. ^º trimestre do ano de 1926-1927.	6.750\$00	6.750\$00	
CAPÍTULO 6. ^º			
Encargos diversos			
Artigo 25. ^º			
Diferenças de câmbio de despesas ordinárias			
1900 por cento da quantia de 6.750\$.	128.250\$00	128.250\$00	135.000\$00

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 11 de Março de 1927.—O Ministro, *António Maria de Bettencourt Rodrigues*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

**Administração Geral dos Correios
e Telégrafos**

Direcção dos Serviços da Exploração Eléctrica

Portaria n.º 4:827

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, que, em virtude do disposto no n.º 4.^º do artigo 31.^º e artigo 94.^º do decreto com força de lei n.º 5:786, de 10 de Maio de 1919,

sejam abertos ao serviço público, a título precário, os postos telefónicos (*cabines*), estabelecidos nas estações télegrafo-postais de Furnas, Maia e Povoação, do distrito de Ponta Delgada, e que às suas conversações, bem como às conversações das *cabines* já existentes e autorizadas por portaria de 8 de Dezembro de 1925, sejam aplicadas as tarifas seguintes:

Por cada período indivisível de três minutos

De Ponta Delgada para, ou vice-versa:

Feteiras ou Capelas	2.500
Ribeira Grande ou Vila Franca	2.550
Maia, Furnas ou Povoação	3.500

De Feteiras para, ou vice-versa:	
Capelas, Ribeira Grande ou Vila Franca	2\$50
Maia, Furnas ou Povoação	3\$50
De Capelas para, ou vice-versa:	
Ribeira Grande ou Vila Franca	2\$50
Maia, Furnas ou Povoação	3\$50
De Ribeira Grande para, ou vice-versa:	
Maia.	2\$00
Vila Franca.	2\$50
Furnas ou Povoação	3\$00
De Vila Franca para, ou vice-versa:	
Furnas.	2\$00
Povoação.	2\$50
Maia.	3\$00
De Maia para, ou vice-versa:	
Furnas ou Povoação	3\$50
De Furnas para, ou vice-versa:	
Povoação.	2\$00

Paços do Governo da República, 8 de Março de 1927.—O Ministro do Comércio e Comunicações, *Júlio César de Carvalho Teixeira*.

(Para o engenheiro administrador geral dos correios e telégrafos).

Direcção Geral das Indústrias

Inspecção de Pesos e Medidas

Portaria n.º 4:828

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, nos termos do artigo 12.º do regulamento de 23 de Março de 1869, e para os efeitos do artigo 3.º de regulamento de 1 de Julho de 1911, designar a letra T para servir durante o período que decorre desde 1 de Maio de 1927 a 30 de Abril de 1928 no afilamento de todas as medidas e instrumentos de pesar e medir.

O que se comunica a todos os governadores civis dos distritos do continente e ilhas adjacentes, para seu conhecimento e para que o façam constar às câmaras municipais dos mesmos distritos.

Paços do Governo da República, 9 de Março de 1927.—O Ministro do Comércio e Comunicações, *Júlio César de Carvalho Teixeira*.

Instituto Geográfico e Cadastral

Rectificação

Na tabela que faz parte do decreto n.º 13:156, de 17 de Fevereiro, onde se lê: «§ único do artigo 4.º do decreto n.º 12:477», deve ler-se: «§ único do artigo 40.º do decreto n.º 12:477».

Instituto Geográfico e Cadastral, 8 de Março de 1927.—O Director Geral, *António Nogueira Mimoso Guerra*.

~~~~~

#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

##### Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüícolas

##### Decreto n.º 13:276

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Da comissão a que se refere o artigo 1.º do decreto n.º 13:133, encarregada de estudar a regulamentação das indústrias florestais, fará também parte o presidente da Associação Central da Agricultura Portuguesa.

Art. 2.º É prorrogado até o dia 25 de Abril do corrente ano o prazo determinado pelo artigo 2.º do referido decreto n.º 13:133 para a comissão nomeada pelo seu artigo 1.º apresentar o projecto de regulamentação das indústrias florestais, e bem assim até 16 de Maio do corrente ano o fixado pelo artigo 3.º do mesmo decreto.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 8 de Março de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdés de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—Jodo Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felicíbeto Alves Pedrosa.